

# A conjuntura atual no Oriente Médio: uma visão israelense

Samuel Feldberg

**N**os dias em que este artigo é escrito volta a escalada de violência aos conflitos no Oriente Médio. No Iraque, a eliminação do líder da Al-qaeda no país, Abu Musab al-Zarqawi não impediu que bombas continuassem a explodir no seio da população civil, matando xiitas e sunitas que nada têm a ver com a disputa pelo poder no país. Na Faixa de Gaza, recém-abandonada pelos israelenses, continuam a proliferar ataques de foguetes ainda rudimentares (mas cada vez mais poderosos e precisos) a partir das áreas fronteiriças a Israel, atingindo as cidades de Sderot e Ashkelon, e transferindo para o sul a vulnerabilidade características dos ataques de Katyushas por parte do Hizballah na Galiléia. A reação israelense, como historicamente, levou à morte de vários civis e à eliminação de vários elementos ligados à liderança dos grupos militantes palestinos, aí incluído o Hamas, rompendo formalmente um frágil trégua que já durava mais de um ano.

O Irã continua a recusar-se a interromper seu programa de enriquecimento nuclear, o que aliado à retórica sobre a destruição de Israel e a negação do Holocausto combina-se com o interesse israelense em manter-se como a única potência nuclear na região.

---

*Samuel Feldberg é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pesquisador do NUPRI e membro do GACINT.*

E a disputa entre o Hamas, atualmente o legítimo governante dos palestinos, e o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, permite aos israelenses continuar alegando que não existe um parceiro para negociar a paz.

Assim, do ponto de vista de um impasse, israelenses e norte-americanos identificam-se na condição de supostamente abrirem a porta para negociações com os palestinos e o Irã sem que obtenham resposta positivas a seus acenos.

Desde o ano de 2000, quando fracassaram as negociações entre Ehud Barak e Yasser Arafat, as relações entre as partes tem sido pautadas pela violência, em variados níveis. Depois de uma onda de terror e da reversão completa da autonomia palestina, os israelenses finalmente optaram por uma política de unilateralismo, iniciada com a construção do muro (ou cerca) que passou a criar uma separação física entre as duas partes, e culminando, em 2005, com a retirada de suas tropas e de sua população civil da Faixa de Gaza, ocupada e colonizada desde 1967.

Os acordos de Oslo de 1993 haviam prometido uma nova era nas relações entre israelenses e palestinos, definindo um retorno à partilha de 1947, ainda que deixando temas difíceis como Jerusalém e o retorno de refugiados para uma discussão posterior. (Os críticos do plano argumentaram então ser esta uma maneira de evitar a abordagem de problemas insolúveis).

A incapacidade (ou a recusa) de Arafat de evitar a proliferação de grupos armados, levou a uma alternância de períodos de calma e violência que desembocaram no

governo de Ariel Sharon, eleito para quebrar a espinha dorsal do terror palestino e que, surpreendentemente, ren- deu-se ao conceito da separação unilateral, abandonando sua trajetória iniciada com a colonização dos territórios ocupados durante a guerra de 1967. O governo de Sharon foi excepcionalmente bem sucedido em várias frentes: a segunda Intifada<sup>1</sup> foi derrotada através da maciça intervenção militar israelense, aliada a um efetivo trabalho da inteligência, as relações com os Estados Unidos aprofundaram-se, especialmente após a identificação entre os dois governos resultante do impacto do 11 de setembro e as relações de paz entre Israel, o Egito e a Jordânia não foram abaladas, ainda que não se tenham estreitado. E, ainda que o “mapa da Estrada” tenha trazido as potências européias de volta ao cenário após uma longa ausência, não se cogita nenhuma intervenção direta nos moldes dos Bálcãs.

### **Efeitos da situação no Iraque sobre a doutrina militar israelense**

No momento em que o Iraque foi derrotado pelos Estados Unidos e seu exército dispersado, os israelenses viram eliminada a maior ameaça convencional a partir do leste. Israel beneficia-se especialmente das caóticas condições no Iraque, com disputas internas que impedem que se repitam as ações praticadas por Saddam Hussein, como o lançamento de mísseis (convencionais) em 1991. Mas esta situação pode não perpetuar-se. Assim como a derrotada Alemanha nazista foi re-armada para incorporar-se ao esforço norte-americano de contenção da União Soviética, também a estabilização do Iraque tende a levar ao re-erguimento de seu exército para estabilizar o país, um exército que pode no futuro voltar-se novamente contra Israel.

Se, quase trinta anos após a assinatura do tratado de paz com o Egito, os estrategistas militares israelenses ainda consideram a possibilidade de uma guerra convencional na sua fronteira sul e dispendem a maior parte do orça-

### **As novas fronteiras, unilateralmente definidas, continuarão a ser contestadas como as de 1948 e de 1967, tanto por um governo do Fatah quanto por um governo do Hamas.**

mento em plataformas convencionais, certamente no caso do Iraque o risco não será menosprezado no médio e longo prazo.

As ameaças percebidas pelos israelenses têm se transformado ao longo da última década. Combinaram-se, no período, o final da Guerra Fria, o estabelecimento dos Estados Unidos como a única super-potência, as intervenções militares que não solucionaram a questão iraquiana, o programa nuclear iraniano (somado ao desenvolvimento de mísseis balísticos e a proliferação das armas de destruição em massa – ADM) e o sempre estancado processo de paz entre Israel e os palestinos. Esta combinação de fatores

apresenta um novo desafio aos estrategistas e formuladores da política externa israelense.

O aumento da ameaça balística e dos riscos representados pelas ADM de certa maneira compensam a diminuição da probabilidade de manutenção da ameaça à sobrevivência do estado israelense, representada pelo potencial convencional dos vizinhos de Israel de 1948 até 1973.

No passado o estado israelense baseou-se na capacidade de sua força aérea para garantir a imunidade de seus centros urbanos e a mobilidade de suas forças blindadas. A inclusão dos novos aviões F15-I, com tanques de combustível adicionais, permitiram estender o longo braço da capacidade israelense de retaliação, no que se transforma cada vez mais em uma força capaz de retaliar e não de defender. Os mísseis balísticos obtidos por países como o Irã e estacionados na Síria e no Líbano somente poderão ser interceptados por amplos, complexos e extremamente onerosos sistemas de defesa anti-mísseis, que ainda estão em sua fase preliminar de desenvolvimento.

Israel dispõe de algumas opções estratégicas. Durante muitos anos a doutrina de segurança israelense baseou-se numa combinação de preempção contra ameaças convencionais (como alegado em 1967), ataques preventivos, dissuasão convencional e a manutenção de uma vantagem qualitativa para compensar a ampla vantagem quantitativa de seus vizinhos hostis. Além disso, desde 1960, ameaças à sobrevivência do Estado tem sido confrontadas com uma capacidade nuclear ambígua e não declarada, aceita pelos Estados Unidos e talvez até encarada como uma “dispensa” de intervenção direta norte-americana no caso de uma ameaça à sobrevivência de Israel.

A combinação da dissuasão nuclear e convencional, que atendeu somente às ameaças convencionais enfrentadas pelo estado israelense nas últimas quatro décadas, tem agora de dar conta também da potencial ameaça nuclear iraniana; o maior dilema enfrentado por Israel relaciona-

se com a capacidade de retaliar. Dado que Israel é a única potência atômica da região e, portanto, qualquer ataque que sofra com ADM não será nuclear, uma retaliação não convencional forçaria os israelenses a inaugurarem

uma nova era com a utilização de uma bomba nuclear, a primeira desde 1945, para manter a sua credibilidade. Talvez esta tenha sido a mensagem entendida pelos vários países árabes e mesmo pelos palestinos quando decidiram engajar-se nas negociações que levaram aos acordos de Oslo.

A proliferação de ADM e de mísseis balísticos talvez obrigue os israelenses a tornar mais explícita sua capacidade dissuasiva, respondendo frontalmente aos clamores pela destruição do país. E, em paralelo com o desenvolvimento do sistema de proteção anti-mísseis, herdeiro da Iniciativa de Defesa Estratégica do governo Reagan (quando se assi-

nou o protocolo de cooperação estratégica entre Israel e os EUA), os israelenses têm avançado no desenvolvimento de mísseis balísticos, demonstrando sua capacidade através de bem sucedidos lançamentos de satélites, e estão bem à frente de seus adversários.

Em paralelo com o processo de determinação de uma política de dissuasão, Israel vem intensificando sua cooperação estratégica com a Turquia, rival da Síria e do Irã na região, apesar da recusa turca em permitir o assalto das

## Do ponto de vista israelense, as disputas entre as facções palestinas são mais que convenientes para a criação das condições que justifiquem uma ação unilateral.

tropas aliadas contra o Iraque a partir de seu território, e das relações desenvolvidas ao longo dos anos entre Israel e a minoria curda no Iraque. Durante os últimos anos houve manobras conjuntas, incorporação de tecnologia militar israelense pela Turquia e cooperação dos serviços de inteligência, uma aliança que se opõe frontalmente ao eixo Irã-Síria.

### A questão nuclear do Irã

Este ano os israelenses festejam o 25º aniversário do ataque da força aérea israelense que destruiu o Osirak, o reator nuclear francês, construído no Iraque e que, apesar das alegações norte-americanas sobre um programa nuclear iraquiano, nunca foi reconstruído.

Apesar das diversas análises e cenários considerando um ataque ao Irã, este não é o Iraque e a conjuntura internacional certamente não é a mesma do início da década de 1980. O que provavelmente não mudou foi o princípio da que veio a ser conhecida como “Doutrina Begin”<sup>2</sup>, que continua válido até hoje. Os críticos do ataque ao Osirak (entre eles vários israelenses), entretanto, alegam que a destruição do reator, em lugar de impedir o avanço do programa nuclear iraquiano somente o atrasou; e que após alguns anos o Iraque reconstruiu sua infra-estrutura nuclear, obtendo tecnologias que já não necessitavam do reator para a produção de armas nucleares. Assim, o ataque israelense teria acelerado o esforço iraquiano, que teria sido bem sucedido se o Iraque não tivesse invadido o Kuwait e atraído a atenção dos Estados Unidos para seu potencial desestabilizador na região. Dez anos depois Saddam Hussein repetiria o processo; a expulsão dos inspetores da ONU e a aquisição de tecnologia para o enriquecimento de urânio teriam finalmente levado ao surgimento de uma nova potência no Golfo, agora protegida por um escudo nuclear. E ainda que não tenham sido encontradas as tão propaladas ADM, não há dúvidas sobre as intenções do regime iraquiano de produzi-las, além do histórico de sua propensão em utilizá-las.

O governo israelense atual, enfrentando o mesmo dilema, certamente pergunta-se se pode voltar a aplicar a dou-

trina. É um governo em muitas características semelhante ao de 1981: um primeiro ministro sem uma importante carreira militar em seu histórico, um governo que, ainda que não seja do Likud, pode ser visto como seu herdeiro, e a situação interna é de relativa tranquilidade.

Mas Israel e Irã, como é sabido, nem sempre foram adversários ferrenhos, e têm várias características comuns. Até a queda do Xá em 1979 ambos eram países de população não árabe, localizados nas extremidades do Oriente Médio,

importantes aliados dos Estados Unidos praticando a Doutrina Nixon<sup>3</sup> e cercados por um “mar” de árabes hostis. E mesmo após a ascensão de Khomeini ao poder, durante a guerra Irã-Iraque,

houve espaço para uma retomada daquela aliança e a colaboração entre Irã e Israel quando se fez necessário impedir uma vitória iraquiana. Ironicamente foi a necessidade iraniana de encobrir sua colaboração com Israel que elevou o tom das críticas ao aliado israelense, intensificando o apoio moral do Irã à causa palestina.

Desde então, a transformação do conflito em um embate ideológico e um instrumento de propaganda do governo iraniano fez desaparecer qualquer possibilidade de reconhecimento de possíveis interesses estratégicos comuns. Não só os iranianos utilizaram-se deste instrumento; desde o governo trabalhista do início da década de 1990, a hostilidade iraniana e seu apoio ao Hizballah, tem sido apontados pelos israelenses como importante empecilho ao avanço das negociações de paz com os palestinos. Assim, a combinação de um real temor ainda baseado na memória do Holocausto, o fortalecimento de um adversário estratégico regional e a possibilidade de adjudicar a um elemento externo parte da culpa pelo fracasso das negociações com os palestinos passou a nortear a formulação da política externa israelense e a influenciar a forma como o Irã era visto pelos Estados Unidos. Se a liderança iraniana for vista como irracional (segundo as declarações do presidente Ahmadinejad, se tomadas pelo seu valor de face) então a aplicação da dissuasão clássica não seria efetiva, exigindo também posturas inflexíveis da comunidade internacional. O interesse de Israel está em dissociar o conflito entre Israel e o Irã de uma disputa hegemônica na região e transformá-lo em um confronto entre a única democracia do Oriente Médio e um governo teocrático hostil ao Ocidente e seus valores.

### O plano de convergência de Ohlmert e as consequências da retirada unilateral de Gaza

O recém formado governo israelense enfrenta diversos problemas. Apesar da aceitação de sua plataforma de continuidade do plano de retirada de Gaza, propondo o abandono de amplas áreas da Cisjordânia e a incorporação dos grandes assentamentos lá localizados, ninguém duvida da dificuldade em implementar tal política. Por um lado

os 60.000 colonos que serão forçados a abandonar seus lares tendem a opôr-se de maneira muito mais violenta, o que gerará vítimas e acusações recíprocas de provocação de uma guerra civil. Por outro, a atual composição da coalizão israelense não poderá ser mantida, já que os partidos religiosos que dela fazem parte não aceitam a retirada de locais considerados sagrados para o judaísmo, uma herança bíblica recuperada para não mais ser abandonada.

Do ponto de vista das relações com os vizinhos, a Jordânia teme que na sua fronteira surja uma “terra de ninguém” dominada por radicais islâmicos que, eventualmente frustrados por não poderem avançar em direção ao oeste, voltem-se para o leste como aconteceu em 1970. E a

## **A disputa do Fatah com o Hamas se dá em todos os níveis da sociedade palestina, especialmente no que se refere à capacidade de empregar apadrinhados no serviço público que não só é maior, mas é em muitos casos o único empregador disponível.**

última coisa que os israelenses necessitam é ter de intervir na Jordânia para novamente salvar seu aliado de um golpe de estado palestino. Não faltam exemplos dos recentes problemas enfrentados pelo Egito, que se viu responsável pelo controle do acesso à Faixa de Gaza, num retrocesso de 40 anos e gerando conflitos que tendem a minar as relações entre o Egito e Israel.<sup>4</sup> Os atentados no Sinai, perpetrados contra importantes centros turísticos egípcios, ainda que coloquem Israel e Egito do mesmo lado na luta contra o terror, podem também ser vistos como pressão sobre o governo egípcio para facilitar a ação de grupos terroristas contra Israel.

Uma retirada unilateral terá ainda de contar com o apoio dos norte-americanos, não só para o financiamento do enorme custo implicado mas também para conter a pressão que Israel sofrerá do mundo árabe e mesmo dos signatários do “Mapa da Estrada”. O recém-empossado primeiro ministro israelense já visitou os Estados Unidos e a Inglaterra, não por acaso os principais atores na ocupação do Iraque, mas não pôde obter o apoio incondicional que buscava. Ambos os governos preferem aguardar a evolução do confronto entre o Hamas e a liderança da Fatah antes de endossar uma ação israelenses que talvez seja irreversível.

Vários pontos ainda não estão claros no plano proposto por Ohlmer: a retirada se dará, como em Gaza, também por parte dos militares? Quem garantirá então a segurança dos territórios? Como se manterá a contigüidade das áreas palestinas, condição necessária para a criação de um estado palestino viável? Quem controlará as fronteiras ocidentais da Cisjordânia? E o acesso aos picos adjacentes ao Vale do Jordão, área considerada estratégica desde antes da criação do estado de Israel. E, como sempre, o que aconte-

cerá com Jerusalém, em cuja parte oriental vivem dezenas de milhares de palestinos?

Mais grave talvez seja o fato de a implementação do plano não trazer uma solução. As novas fronteiras, unilateralmente definidas, continuarão a ser contestadas como as de 1948 e de 1967 tanto por um governo da Fatah quanto por um governo do Hamas, por mais que estes aceitem a existência de um estado israelense. Os palestinos, assim como os israelenses, continuarão a usar o tema como válvula de escape para suas disputas políticas internas, e muralha alguma, por mais alta que seja, dará conta de um vizinho hostil equipado com mísseis e foguetes. Qualquer solução que não inclua uma negociação e um acordo manterá uma situação de conflito, que fatalmente levará a um retorno das tropas israelenses ao território palestino, seja provisória ou permanentemente.

Enquanto isso, acumulam-se mortos e feridos de ambos os lados mesmo sem um confronto aberto entre as partes. Em 12

de junho, cinco israelenses morreram vitimados, não pelo terror, mas pelo descarrilamento de um trem e vários palestinos morreram em confrontos entre as forças armadas do Fatah e do Hamas. Do ponto de vista israelense, para a criação das condições que justifiquem uma ação unilateral, as disputas entre as facções palestinas são mais que convenientes: os grupos armados palestinos estão praticamente em guerra uns com os outros, seqüestrando e assassinando rivais, atacando edifícios do governo e sofrendo os efeitos de um total enxugamento dos recursos necessários para manter em funcionamento o embrião do estado palestino.

Somente o tempo dirá se a política foi acertada, ou se levou os palestinos a uma situação em que já nada havia para perder.

Toda e qualquer ação israelense dependerá do desfecho da disputa de poder entre as várias facções palestinas. Ao longo dos últimos meses a Autoridade Palestina tem sido boicotada num esforço para obrigar o Hamas a aceitar as condições básicas de reconhecimento do direito de Israel à existência e a renúncia ao terror como instrumento de pressão. Um difícil equilíbrio tem sido buscado, para manter a pressão, ao mesmo tempo em que se evita a eclosão de uma séria crise humanitária. A mensagem para a população palestina que elegeu o Hamas será, ao mesmo tempo um incentivo para aqueles que repudiam o extremismo e o terror e um aviso para aqueles que acreditam que uma organização terrorista no governo pode alcançar seus objetivos. A liderança da Fatah, tanto ou mais que israelenses e norte-americanos, está interessada no fracasso da nova administração. Sua disputa com o Hamas está muito mais em evidência no setor de segurança, em que repetidos choques de milícias armadas tendem a gerar mais vítimas, mas a rivalidade se dá em todos os níveis da sociedade, especial-

mente no que se refere à capacidade de empregar apadrinhados em um serviço público que, não só é o maior, mas em alguns casos o único empregador disponível (ainda que ultimamente não tenha sido capaz de remunerar seus empregados). A retomada de atentados terroristas pode vir a ser elemento de pressão utilizado pelas duas partes. As Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa (grupo armado ligado à Fatah) poderiam intensificar suas atividades para causar problemas ao Hamas, responsável pelo ministério da segurança no novo governo. A demanda por uma equiparação forçaria o rompimento da trégua com Israel e possíveis retaliações maciças que derrubariam o governo eleito, que já começa a perder legitimidade frente à grave crise que enfrenta a sociedade palestina. A Fatah poderia recuperar o controle mais rapidamente minando a posição do Hamas que tentando reformar suas instituições.

O Hamas tem se defendido culpando israelenses, norte-americanos, a comunidade internacional e a Fatah e colocando nas ruas uma guarda armada que contesta frontalmente o monopólio da única força de segurança formal em atuação nos territórios. Enquanto a Fatah tenta colocar os funcionários públicos contra o novo governo, o Hamas utiliza sua influência nas mesquitas e escolas para minar as instituições tradicionalmente controladas pela Fatah.

O maior risco de um impasse está no fortalecimento de grupos formalmente empossados e vestidos de um manto de legitimidade que continuem a enfrentar-se, algo remi-

nescente das SA e SS dos primeiros anos do regime nazista.

Enquanto isso, no nível da disputa com os israelenses, importantes líderes continuam a ser eliminados, como nestes dias o líder do Comitê de Resistência Popular, responsável pelo assassinato em 2005 de Mussa Arafat, chefe da inteligência palestina, e recém-nomeado para uma importante posição no ministério do interior.

Se ficar demonstrado que os membros das forças de segurança seguirão aqueles que pagarem seus salários, estará demonstrado também o acerto da política israelense de cortar, na medida do possível, o acesso a recursos por parte do Hamas.

Os líderes do Hamas continuam insistindo em manter sua postura de não reconhecimento de Israel e não colaboração com a Fatah, o que levou Mahmoud Abbas a convocar um plebiscito, ação tão unilateral quanto os planos israelenses de retirada da Cisjordânia. Uma derrota do Hamas, e sua conseqüente saída do governo provavelmente levaria a uma tentativa de deslegitimar a Autoridade Palestina e a uma onda de atentados contra os israelenses. Não pode ser descartada a emergência de uma sociedade completamente fragmentada, dominada por milícias armadas, nos moldes do que ocorreu na Somália. O que certamente se tornaria terreno fértil para o Al-Qaeda e seus aliados.

Talvez este seja o maior incentivo para que Israel e os Estados Unidos encontrem uma solução alternativa, e sem perda de tempo.

## Notas

<sup>1</sup> O levante contra a ocupação israelense. É necessário diferenciar o primeiro movimento, efetivamente popular, do segundo no qual envolveram-se grupos armados patrocinados pela Autoridade Palestina, tornando-o uma revolta armada

<sup>2</sup> A Doutrina Begin prega a necessidade fundamental de evitar que os inimigos de Israel obtenham armas nucleares.

<sup>3</sup> A Doutrina Nixon tinha por finalidade evitar outro envolvimento como o do Vietnã, transferindo aos aliados

norte-americanos a responsabilidade pela manutenção de um perímetro regional, apoiados por recursos norte-americanos

<sup>4</sup> Não somente diplomatas egípcios foram seqüestrados por milícias armadas na Faixa de Gaza. As forças de segurança israelenses mataram dois egípcios encontrados no Neguev e o crescente contrabando de armas para a faixa de Gaza vem gerando acusações por parte dos israelenses de que os egípcios estariam envolvidos.